

INTRODUÇÃO

1. O presente Estudo sobre o Ensino Secundário em Portugal é uma iniciativa que surgiu de um questionamento de carácter internacional sobre os objectivos, a configuração e o grau de autonomia deste nível de ensino e de formação, desencadeado pela necessidade de uma definição clara de novas ofertas educativas, na procura de uma reidentificação equilibrante da sua relação qualificada com o mundo do trabalho bem como do acesso ao prosseguimento de estudos, visando “preparar o indivíduo para uma elevada capacidade de adaptação a novas situações profissionais”¹.

No nosso País, o Departamento do Ensino Secundário do Ministério de Educação, tendo reconhecido a urgência de “explicitar o seu [do ensino secundário] papel e, na perspectiva da educação e da formação ao longo da vida, *consolidar* a sua organização e *reajustar* os seus conteúdos”, lançou em Fevereiro de 1997, um projecto de “revisão participada do currículo”, a que chamou *Encontros no Secundário*, de que resultaram as publicações *Desenvolver, Consolidar, Orientar* (Nov. 97), *O Ensino Secundário em Debate - “Reflexões de Escolas e de Professores”* e “Análise das Consultas aos Parceiros Educativos” (Julho 98) e *Ajustar para Consolidar* (Nov. 98).

Foi neste contexto que o Conselho Nacional de Educação inscreveu, no capítulo III do seu Plano de Actividades para 1998, o tema “Ensino Secundário e Formação a Nível Secundário: caracterização do presente e esboço do futuro”, a ser tratado pela Comissão Permanente do Ensino Secundário e da Formação Qualificante.

2. Numa intenção clara de intensificar o debate social em torno da formação e da educação no Secundário, a Comissão solicitou a um conjunto, ideologicamente alargado, de personalidades, nacionais e estrangeiras, refle-

¹ *Carta Magna*, Cap. II, “Novos Desafios”.

xões individuais e estudos que ajudassem a pensar o futuro daquele subsistema educativo.

O leque temático que se pretendeu abranger não foi totalmente abordado, pois dos onze portugueses contactados apenas quatro contribuíram com depoimentos e dos estrangeiros obtiveram-se sete respostas das treze solicitadas. Não são, portanto, objecto de tratamento, como se pretendia, áreas essenciais como o sistema de avaliação e os exames, a certificação do Ensino Secundário e a transição para o Ensino Superior, nem os resumos dos debates efectuados nas escolas pelo Departamento do Ensino Secundário, também em devido tempo solicitados.

Com vista ao enriquecimento do universo do presente Estudo e, em simultâneo, a uma informação mais vivenciada pelo Conselho Nacional de Educação, realizaram-se visitas a escolas secundárias, que, numa pequena mas diversificada amostragem, revelaram a natureza das ofertas educativas e os respectivos contextos e, sobretudo, a qualidade das aprendizagens nelas desenvolvidas, de que dá conta o Relatório que integra o Estudo.

3. Trata-se de um estudo de natureza simultaneamente teórico-reflexiva e analítica, baseado no entendimento de que, por um lado, existe uma relação dialéctica entre a sociedade e os processos de escolarização e de que, por outro, a estrutura social, económica e cultural determina as acções a desenvolver no seu seio, em particular as da educação e da formação dos cidadãos que a integram.

Neste Estudo são identificados os principais elementos que caracterizam a nossa sociedade, enunciando alguns desafios que a pós-modernidade lança à organização do ensino e da formação de nível secundário; abandonando uma visão fixista e determinista dos sistemas e das estruturas, pensa a realidade educativa como um campo de construção perpassado por determinadas crenças e por determinadas representações.

O Estudo está organizado em duas partes: o agrupamento dos textos, designado por PARTE I, pretende testemunhar os modos como, desde há dezassete anos, se têm desenhado e organizado em Portugal os *curricula* do Ensino Secundário, avaliar a sua capacidade de resposta às aspirações dos alu-

nos e às necessidades do País, analisar o grau de empenhamento e de eficácia com que as escolas têm vindo a proporcionar aprendizagens de qualidade nas condições físicas e humanas que as caracterizam.

A PARTE II deve ser entendida como um contributo prospectivo relativamente a uma nova e desejável identidade do Ensino Secundário em Portugal. Referem-se experiências de outros sistemas educativos, algumas delas com provas dadas da sua eficiente exequibilidade; propõem-se configurações curriculares que enformem, na flexibilidade e na adaptabilidade a situações em permanente mudança, o perfil do diplomado do Ensino Secundário; apresentam-se sistemas organizativos de escolas que, numa pluralidade de parcerias com a comunidade envolvente, valorizam não só as culturas escolares que abrem o prosseguimento de estudos a uns, mas também uma formação de segunda oportunidade e ao longo da vida a outros.

4. Em todos os países europeus, o Ensino Secundário é considerado como uma entidade que integra, segundo F. Pedró, quatro finalidades distintas: preparação para o ensino universitário, preparação para o ensino superior não universitário ou formação profissional superior, preparação para o trabalho e a vida adulta, formação e desenvolvimento pessoal. Em Portugal, o Ensino Secundário apresenta-se estruturalmente diversificado. A partir da década de 90 é consagrada a frequência do ensino técnico, tecnológico e profissional. A frequência deste subsistema de ensino é marcada pelo género, verificando-se que as mulheres procuram mais os cursos gerais, evidenciando expectativas face a percursos escolares mais longos e os homens suplantam as mulheres relativamente aos cursos tecnológicos e profissionais; verifica-se um aumento do esforço de profissionalização por parte dos professores e a distribuição dos professores por nível etário revela a existência de uma população docente maioritariamente jovem. O número de escolas apresenta curva ascendente, notando-se, no entanto, que há situações de forte sobrelocação; o investimento realizado suporta os crescimentos registados, embora a prioridade do investimento público tenha ocorrido no Ensino Superior. Mas as imagens que integram o quadro da sociedade contemporânea lançam desafios urgentes ao ensino e à formação de nível secundário, uma vez reconhecido o fracasso e a falência de modelos educativos tradicionais, vinculados à prática de um ensino massificador e colectivista, ao agrupamento rígido dos alunos, à insularização do trabalho docente, à padronização dos procedi-

mentos didácticos, à uniformidade da orgânica dos horários, dos espaços educativos e da progressão no plano de estudos, a uma metodologia da avaliação descontínua e burocrática e à autoridade fundada na posição hierárquica de quem a exerce.

Perante o envelhecimento demográfico e um notório défice de socialização, num mundo em crise, marcado pelo fim das certezas, pela globalização, pela fragilidade dos sistemas políticos e pelas roturas no mercado de trabalho, sugerem-se, neste Estudo, algumas mudanças de raiz, de estrutura e de função do sistema de ensino e de formação de nível secundário; torna-se urgente reinventar a escola, de modo a configurar novos projectos que constituam respostas adequadas às necessidades e às expectativas dos jovens, de acordo com as exigências do nosso tempo, de forma a suportar o paradigma economicista da educação através de um novo paradigma que coloque a pessoa humana no cerne da realidade educativa.

5. A instauração de um novo paradigma de escolarização secundária passará necessariamente pelo desafio da *democraticidade* (do acesso e do sucesso), da *qualidade* (através da construção de programas equilibrados, da formação inicial e contínua dos professores, da superação das assimetrias e pela reorganização dos processos de direcção e de gestão das escolas), da *diversidade* (a partir de uma matriz curricular comum) e da *sequencialidade* e da *terminalidade* (rompendo com a lógica da ordenação do Ensino Secundário em relação ao Ensino Superior, em que, quer o currículo, quer o regime avaliativo estão situados numa linha terminal). Este novo paradigma deverá ser um instrumento de promoção da autonomia e da responsabilidade do aluno, disponibilizando uma formação e incentivando um conjunto de saberes ao serviço de um correcto desenvolvimento de competências e de capacidades, individual e socialmente úteis. Por outro lado, uma nova configuração da escola implica a adopção de novos recursos educacionais e a instauração de lógicas de acção fundadas nos direitos dos jovens e nos objectivos de uma educação atenta às exigências da comunidade.

6. As escolas visitadas pelo CNE foram catorze, abrangendo antigos liceus de grandes cidades, escolas da periferia da capital, do interior e das regiões autónomas, antigas escolas industriais, duas escolas profissionais e

uma escola artística. Foram auscultadas sobre os seus recursos humanos e materiais, as modalidades de cursos disponibilizadas, a sua organização interna e respectivos modelos de direcção e de gestão, a existência de projecto educativo, a ligação escola-meio, os graus de insucesso escolar e medidas para o combater.

Apesar da exiguidade da realidade observada, pode concluir-se que muita da qualidade do serviço por elas prestado se deve à estabilidade das equipas de direcção e gestão - de que, lamentavelmente, ainda estão muito ausentes os alunos - e que a organização de actividades extra-curriculares e a abertura ao meio são práticas cada vez mais generalizadas, embora carenciadas do carácter integrador que um projecto educativo lhes poderia conferir. Supreendentemente, questões como instalações e recursos materiais e humanos ainda são apontados como o primeiro grande problema, a par da inadequação dos cursos tecnológicos aos fins para que foram criados, facto que se tem traduzido em elevadíssimas taxas de insucesso.

O bom acolhimento das escolas a estas visitas deixou transparecer uma vontade de diálogo em busca de soluções para situações difíceis, como o desenvolvimento de projectos interdisciplinares integrantes de um projecto educativo que ofereça uma escola de qualidade.

Entende-se, portanto, que o debate sobre o futuro do ensino e da formação de nível secundário deve prosseguir, fazendo interagir órgãos de consulta e de decisão com os intervenientes mais directos das comunidades escolares, na construção de um sistema verdadeiramente democrático que forme, promova e não exclua.

